

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS ACERCA DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL****PEDAGOGICAL PRACTICES OF EACHERS OF YOUTH ADULT EDUCATION
ABOUT TE ETHNIC-RACIAL THEME**

Mayra Barbosa dos Santos Rocha¹
Rebeca Fernanda Felix Cavalcanti de Almeida Belarmino²
Maria da Conceição dos Reis³

Resumo

O texto analisa as práticas pedagógicas de professoras da Educação de Jovens e Adultos acerca da temática étnico-racial. A base da fundamentação teórica está referendada em Freire (2002), Souza (2000) e Munanga (1994). Como instrumentos de coleta de dados foram realizados questionários e entrevistas semiestruturadas, interpretados através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que as práticas pedagógicas na EJA sobre a temática étnico-racial precisam ser constantes para que consigam redimir as dificuldades e a intolerância religiosa, que perpetua estigmas e preconceitos a despeito do povo negro e contribuir com inserção desse povo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação das Relações Étnico-Raciais. Prática Pedagógica Docente.

Abstract

The text analyses the pedagogical practices of Youth and Adult Education teachers about the ethnic-racial theme. The basis of theoretical foundation is endorsed in Freire(2002), Souza (2000) and Munanga (1994). As data collection instruments, questionnaires and semi-structured interviews were performed, interpreted through the technique of content analysis. The results point out that the pedagogical practices in Youth and Adult Education on the ethnic-racial theme need to be constant so that they can redeem Education on the ethnic-racial theme need to be constant so that they can redeem difficulties and religious intolerance, which perpetuates stigmas and prejudices in spite of the black people and contribute to the insertion of these people in Brazilian society.

Keywords: Youth and Adult Education. Education of Ethnic-Racial Relations. Teaching Pedagogical Practice

Introdução

¹Graduada em Pedagogia pela UFPE. Pós-graduanda em Alfabetização e Letramento. Membro do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (LABERER) da UFPE. mayra_barbosa@hotmail.com

²Graduada em Pedagogia pela UFPE. Pós-graduanda em Alfabetização e Letramento. Endereço: E-mail: rebecafelix.almeida@gmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE. Doutora em Educação. Líder do LABERER/UFPE. E-mail: cecareis@hotmail.com

As inquietações para a realização da pesquisa apresentada neste texto surgiram a partir das observações da prática pedagógica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), vivenciada durante os estágios do curso de Pedagogia da UFPE. Notou-se que a função da EJA era direcionada para que o educando obtivesse apenas os códigos alfabéticos no processo de alfabetização, não se configurando como uma educação emancipatória que buscasse fortalecer a autonomia do sujeito através do processo de decodificação da realidade no qual esse Ser está inserido e na sua compreensão de mundo.

Souza (2000) afirma que a reflexão política pode ser feita sem haver o letramento, pois a conscientização se faz através da ação organizada, e não das letras, mas podendo sim, as letras, contribuírem para o entendimento da política e economia. Assim, os códigos alfabéticos são mecanismos eficientes na formação do sujeito, mas, para que os sujeitos possam estar totalmente inseridos no processo educacional, é necessário estarem posicionados na sua própria realidade buscando, por exemplo, pertencimento racial para afirmação de sua identidade.

Se tratando da modalidade Educação de Jovens e Adultos- EJA, sabe-se que sua trajetória é marcada por lutas, resistências e, também, incentivo ao caráter alfabetizador em uma perspectiva de politização e autonomia dos/das seus/as estudantes que, em sua maioria são negros e negras, moradores de periferia, de classe social menos favorecida economicamente e que, por algum motivo, não tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos.

Desse modo, pensando nesses sujeitos, entende-se que para que aja reconhecimento e valorização de sua própria história, cultura e identidade, são necessárias práticas pedagógicas que estabeleçam formação para cidadania e persistam no combate ao racismo e a discriminação que envolve a população negra.

A lei nº 10.639/2003, torna obrigatória a inserção dos conteúdos de História e Cultura Africana e Afrobrasileira no currículo escolar da rede de ensino no Brasil, trazendo grandes contribuições para o campo educacional. Esta lei propõe uma educação que oferta a promoção da igualdade, do respeito e da valorização cultural, possibilitando à mulher e o homem da raça negra a afirmação da sua identidade, estabelecendo um maior pertencimento na constituição da história do povo brasileiro e, assim, fortalecendo as relações no seu convívio social.

A partir dessa problematização, o objetivo da pesquisa, aqui apresentada, foi analisar

práticas pedagógicas de professores da Educação de Jovens e Adultos sobre a temática étnico-racial. Seus objetivos específicos foram: Analisar como a temática étnico-racial é trabalhada na Educação de Jovens e Adultos e identificar os desafios encontrados na prática.

O caminho metodológico se deu a partir de uma abordagem qualitativa. Os sujeitos foram professoras da Educação de Jovens e Adultos de uma Rede Municipal de Ensino, localizada na Região Metropolitana do Recife/PE.

Como resultados, foram identificadas práticas pedagógicas docentes que estão em constante alerta diante às dificuldades dos/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos no trato com as questões étnico-raciais. São práticas que se configuram como antirracistas por estarem atentas a redimir essas dificuldades e a intolerância religiosa, que perpetua estigmas e preconceitos a despeito da população negra na sociedade brasileira.

Prática pedagógica na EJA e a educação das relações étnico-raciais

Pensar na Educação de Jovens e Adultos não consiste apenas num ato de alfabetizar, mas também em lembrar a sua trajetória social, política e histórica de lutas por direitos que, de alguma forma, foram negados, e entender essa construção como perspectiva de mudança.

A educação no Brasil é marcada historicamente por se preocupar apenas com a elite branca, excluindo pessoas negras, indígenas e trabalhadores braçais. Souza (2000), ao destacar a função reparadora da modalidade Educação de Jovens e Adultos, diz que:

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano, Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (ibidem, p.26).

Ao passar dos anos, com a mobilização das Organizações da Sociedade Civil e a população em geral, em prol da Educação para todos, as pessoas foram tendo acesso ao ensino básico gratuito, alcançando diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 40, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou que precisaria haver uma junção para inclusão de todas as pessoas, independente de cor/raça, na educação. Neste período circulava no Brasil a “necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção” (BRASIL, 2002. p.20).

Tais fatos, possibilitaram algumas mudanças na Educação de Jovens e Adultos. Ainda nesse período, no ano de 1947, uma campanha nacional foi lançada para alfabetização dos sujeitos no tempo determinado de três meses. Em um curto período, escolas supletivas foram criadas e alguns voluntários e profissionais da educação se dispuseram para ajudar a mobilização. Entretanto, isso não era suficiente. Era preciso uma concepção ampliada sobre a EJA, para que esses sujeitos de direitos obtivessem o acesso à aprendizagem através da troca de experiência de toda trajetória da sua vida, e não apenas escolarizá-los mecanicamente.

Em meados da década de 50 se revigoraram as críticas feitas ao processo de ensino-aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos, que se perpetuava como ensino infantilizado e uso da cartilha como método de alfabetização. Pensando em um novo modelo pedagógico para a EJA, uma ação importante partiu da iniciativa política e emancipadora do professor Paulo Freire, que trouxe uma proposta para alfabetização dos adultos, rica em significados, e que compreenderia a realidade e as experiências de vida desses sujeitos. Uma compreensão mais aprofundada da realidade e essa “pedagogia de Paulo Freire inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular do início dos anos 60” (BRASIL, 2002. p.22).

O Plano Nacional de Alfabetização foi aprovado em 1964, buscando efetivação das ações propostas por Paulo Freire nos programas de alfabetização existentes no Brasil. Estudantes e outros grupos da sociedade se juntaram com força para apoiar o funcionamento dessa proposta. Porém, em pouco tempo fora interrompida devido ao golpe do período militar. Com esse cenário de repressão, o governo passou a tomar total controle sobre a alfabetização da população, interrompendo os programas de alfabetização, apreendendo materiais e criou diversas políticas assistencialistas/compensatórias, pensando em mascarar o golpe e mais uma vez desviar o que é de direito do povo.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi pensado com o principal objetivo de que estudantes conseguissem ler, contar e escrever, para dar lucro ao processo de industrialização. Pensado sem nenhuma perspectiva política, crítica e libertadora, já obtendo uma estrutura organizada para um processo de aligeiramento que “salvasse” o país do analfabetismo. Logo, “passou a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares” (HADDAD; DI PIERRO, 2000. p.114).

Posterior ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, a Fundação Educar assumiu o processo educativo. Em seguida, na década de 90, a EJA mais uma vez necessitava de uma reestruturação de bases pedagógicas que assumissem um compromisso sério com esta modalidade e que almejasse o acesso desses jovens e adultos na cultura, política e no mercado de trabalho.

A luta para que a EJA seja um ambiente que acolhe e liberta, como uma proposta de troca do conhecimento e experiência da realidade de cada sujeito ainda permanece na sociedade atual. Uma educação que liberta e dá autonomia ao povo carregado de história e cultura diversificada, "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (FREIRE, 1999, p.97).

Considerando a história do povo de origem africana, no Brasil, e o seu direito à educação, é verificado o quanto esse povo foi prejudicado e excluído do processo educacional. À medida que é feita uma análise histórica, é possível perceber que decretos e leis de cunho racista fortaleciam a exclusão dos povos negros no sistema educacional no período imperial. A exemplo disso, em 1854, era decretado a impossibilidade das escolas públicas do Brasil admitirem escravizados, do mesmo modo que mais à frente, no ano de 1878, outro decreto estabelecia que as pessoas negras só podiam frequentar a escola no período noturno, para que não houvesse o contato com as pessoas brancas.

Durante muito tempo, o Brasil deu margem para um racismo institucionalizado, mantido por lei, que pertinentemente fundamentava a invisibilidade da pessoa negra e permitia a sua exclusão no campo educacional, social e histórico. Apesar do acesso à escola ter sido democratizado, percebe-se o quanto as pessoas negras foram afetadas e ainda hoje têm sido marcadas por ideologias que estimulam a prática do preconceito e de estigmas, que desqualificam a sua imagem e os inferiorizam.

Como caráter de reparação, foi instituída, através de políticas afirmativas, a lei nº 10.639/2003. A referida lei é uma forma de resgatar as contribuições deixadas pelo povo africano no Brasil e seus objetivos estão voltados para uma educação mais justa, que visa à promoção do direito igualitário e a valorização da história e cultura afrobrasileira.

A educação das relações étnico-raciais busca promover uma sociedade democrática, na perspectiva da formação de cidadãos historicamente conscientes. Esse tipo de educação é indispensável para que haja alteridade entre os/as estudantes pertencentes a outras etnias e se

firmem as relações desenvolvendo a valorização, o respeito e o combate ao preconceito. Práticas como essas são importantes para que as pessoas negras se reconheçam, adquiram pertencimento sobre o que lhe constitui como sujeito da sua própria história e conheçam mais sobre a cultura dos seus ancestrais num processo de constituição de sua identidade.

O significado da prática pedagógica parte da interação entre professor/a, estudante e o conhecimento na troca de experiências. É neste sentido que a proposta pedagógica libertadora transforma seus educandos em seres críticos e autônomos para pensar na sua realidade social, histórica e política. Para Freire, o professor deve assumir um papel de mediador, nesse processo, “saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber” (FREIRE, 2002.p. 25). É assim que os profissionais da EJA devem conceber seus educandos, como sujeitos políticos, carregados de experiência, cultura e entendimento próprio. Nesse sentido, é indispensável uma educação libertadora que vise propiciar a sua interação com a realidade social na qual está inserido. Por isso, há necessidade de práticas pedagógicas que busquem fazer valer o reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

Significativamente, a maioria dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos são negros e negras, portanto, se faz necessário projetos dedicados à valorização da história e cultura dos afrobrasileiros e dos africanos. Tal necessidade se efetiva a partir de propostas pedagógicas com ênfase nas questões das relações étnico-raciais, visando valorizar o processo histórico-cultural da população negra, e fomentando políticas de ações afirmativas que combatam as discriminações raciais. Logo, o educador e a educadora devem “apropriar-se das políticas e ações afirmativas que se referem às relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Tal postura é conveniente tanto no ambiente de sala de aula quanto nos demais espaços de convivência educativa” (SANTOS, 2017. p.07).

A partir das práticas pedagógicas docente é possível destacar o seu papel mediador na reconstrução da identidade das diversas culturas afrodescendentes, denotando significados para o continente africano e o povo de origem africana. Inserir conteúdos com questões positivas sobre a temática africana reforça a autoestima da pessoa negra e o respeito à diversidade, pois, através destes conteúdos o educando pode fazer o reconhecimento da sua autoimagem e, a partir de então, identificar seu pertencimento racial e afirmar sua identidade.

Reis (2013. p.160) afirma que o reconhecimento da identidade negra não é tarefa

fácil, como também não é objetiva, porém se consolida quando a pessoa se percebe neste processo através das experiências de vida. É esse estímulo pedagógico, através da experiência, essencial para consolidar a identidade do sujeito da EJA no seu processo de reconhecimento. Educar vai muito além da apropriação dos códigos alfabéticos. Eles são importantes, mas o ato de se afirmar política e criticamente na sociedade constitui-se fundamentação essencial para a educação das relações étnico-raciais. É através da prática pedagógica docente, rica em significados, e na troca de saberes que se pode chegar a uma visão crítica e reflexiva acerca da temática étnico-racial, onde os sujeitos reconheçam o poder de suas ações políticas que transformam a educação.

Em suma, ao falar de prática pedagógica não se pode esquecer que ela é o resultado das experiências e o reflexo das memórias dos/as professores/as nas suas ações em sala de aula. Assim, “a prática pedagógica está fundamentada na concepção de vida e sociedade do professor” (REIS, 2004, p. 72), tornando essa ação algo que reconstrói significados, liberta, cria autonomia e reflexão na troca de experiência professor/a e estudante.

Caminhos metodológicos

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, tendo como interesse entender as especificidades de um determinado grupo social (docentes), no que se refere às práticas pedagógicas dos professores da Educação de Jovens e Adultos acerca da temática étnico-racial em escolas da rede municipal do Recife. Conforme os nossos objetivos, os dados foram coletados através de instrumentos como: questionários, para traçar o perfil da amostra em estudo e entrevistas semiestruturadas, para identificar as percepções dos sujeitos envolvidos. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 50), “os investigadores que fazem uso desse tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” passando, então, a perceber a maneira como os sujeitos da pesquisa se portam diante da realidade que estão inseridos e que nos propomos investigar.

Além do que, essa pesquisa tratar-se-á de uma investigação descritiva com o objetivo de descrever as características de uma determinada população e o estabelecimento de relações entre variáveis, fazendo uso de alguns instrumentos. Gil (2006). Logo, se classifica conforme o seu delineamento, como uma pesquisa de campo, onde o pesquisador se coloca em contato direto com o objeto de estudo, atento no universo a ser pesquisado. Segundo

Gonçalves (2001), a pesquisa de campo ajuda conhecer realidade em contato direto com a população pesquisada e exigindo do pesquisador o envolvimento direto com o espaço onde o seu objeto de estudo se revela.

Sendo assim, inicialmente, escolhemos para delimitar o campo de pesquisa, submeter questionários direcionados aos professores da EJA, em capacitações para professores da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal do Recife, logo, identificamos e selecionamos professores que no cotidiano escolar adotam a postura de práticas antirracistas, abrangendo a temática do nosso objeto de estudo. Os questionários foram compostos por perguntas abertas e fechadas onde foi possível obter uma melhor aproximação das nossas expectativas e então definir as escolas foi realizada a pesquisa.

Após a aplicação dos questionários, apenas 5 professoras trabalhavam com a temática étnico-racial no seu planejamento diário. Deste modo, conseguimos perceber a falta de interesse de muitos professores no dia da formação ao responder o questionário aplicado, além do que, o que mais nos chamou atenção foi a falta de conhecimento de alguns professores quando tratados sobre a temática. Tivemos respostas do tipo como “quem tem que trabalhar isso é o professor de história”.

Assim, a partir dos questionários aplicados conseguimos definir os sujeitos participantes da pesquisa e realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco professoras que serão aqui identificadas pela letra ‘P’ seguida por um número, a partir da ordem de realização das entrevistas. Então, com as professoras, buscamos compreender como se configuram as práticas pedagógicas referentes à temática étnico-racial, quais as dificuldades de abordar esta temática em sala de aula e quais os limites e as possibilidades de construção de pertencimento. As entrevistas aconteceram em lugares diversificados, pela preferência das professoras.

Por fim, os dados desta pesquisa foram analisados com base no que propõe Duarte (2004) e Bardin (2011), sendo, desta forma, os dados organizados e submetidos a uma pré-análise, que segundo Bardin (2011, p.125) corresponde ao momento em que “tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. Em seguida, os dados coletados foram submetidos à investigação do material e interpretação dos dados, conforme a perspectiva das autoras mencionadas, a qual se desenvolveu através da segmentação das falas dos sujeitos e interpretação minuciosa destas informações.

Diálogo entre EJA e práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais

Como já destacado, a efetivação da lei nº 10.639/2003 favorece o ensino democrático e afirma o lugar de pertencimento do povo negro na constituição da cultura e história do Brasil. Deste modo, ao trabalhar com esta temática, a prática pedagógica docente estimula uma afirmação positiva do educando com relação a sua etnia, desenvolvendo o fortalecimento e a resistência ao preconceito racial.

Assim, buscou-se compreender como a temática étnico-racial é discutida na prática pedagógica das professoras entrevistadas na modalidade da EJA e quais artifícios elas utilizam para que os/as educandos/as façam o reconhecimento da cultura afrobrasileira, contextualizando sua própria história e valorizando a mesma.

Ao serem questionadas acerca da presença da temática em questão no planejamento diário de todas as disciplinas, encontrou-se respostas positivas nas cinco professoras. Entre elas: “Eu trabalho com as relações étnico-raciais em todas as disciplinas” (P1); “Eu trabalho sempre. Aula de português, aula de história, aula de geografia. Eu não trabalho só com datas comemorativas não” (P2); “Sim. A gente não trabalha somente no dia do índio e no dia da consciência negra não. Trabalhamos o ano todo” (P 3).

Vê-se que a temática, ao percorrer todo o ano letivo, para além das datas comemorativas, contempla o caráter interdisciplinar sem reduzir o conteúdo unicamente à disciplina de história. A transdisciplinaridade articula os conteúdos numa perspectiva de abertura de diálogos, eliminando barreiras e agregando maior valor à temática que perpassa todas as disciplinas, proporcionando, assim, um melhor entendimento sobre o assunto, associado as experiências do estudante. Sobre isso, Nascimento destaca que os projetos interdisciplinares “ favorecem a busca de novos conhecimentos sobre a temática da história e da cultura africana e afrobrasileira e de novas formas e ações para desenvolver o trabalho em sala de aula, provocando mudanças positivas nas práticas” (NASCIMENTO, 2018, p.03).

Deste modo, a temática africana é discutida, em sala de aula, por meio da história da África que percorre todas as áreas do conhecimento, desde a disciplina de história até a disciplina de matemática, fortalecendo o pertencimento cultural, social e histórico do povo negro que foi ocultado no processo histórico do Brasil. Essas práticas são desenvolvidas conforme a fala das professoras, quando diz que:

[...] Língua portuguesa eu trabalho muito os contos africanos. Em

matemática a gente trabalha desde a resolução de problemas até jogos ideais, como a história da matemática começou na África e tudo mais. Em geografia, a gente trabalha os países africanos. Sua localização. [...] E isso traz a reflexão porque realmente você dá a eles o lugar de pertencimento (P1).

Essa transdisciplinaridade reporta a História, Cultura e Memória dos alunos para compreensão da sua identidade e de suas origens, conforme ressaltado na narrativa da professora abaixo.

[...] Às vezes é uma situação que aparece na mídia. É um contexto. É uma entrevista. Ai a gente tem que trazer para sala de aula e tem que conversar. O aluno de EJA ele traz também os conflitos que ele teve no trabalho. Se acontece situações ele traz [...] Quando isso aparece, a gente discute, a gente mostra e tem os momentos que é conteúdo, a gente direciona a nível de planejamento (P4).

Visto a partir do que os achados dessa pesquisa vêm apontando, entende-se que a temática étnico-racial pode e deve ser dialogada na EJA de maneira expansiva, desmistificando a imagem da pessoa negra, efetivando trocas de saberes e incluindo experiências e singularidades de cada educando neste processo de pertencimento, auto reconhecimento e respeito às diferenças. Esse é o sentido da educação libertadora que valoriza a sua realidade e o torna um ser crítico e autônomo pronto para atuar de forma ativa na sociedade, se auto definindo enquanto negro/a. De acordo com Munanga (1994)

A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída), têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc (ibidem, p.177-178).

Esta afirmação pode ser notada através da fala das professoras, quando questionadas se seus alunos se autodeclararam como negros/as. “Eles não têm essa autodeclaração. Muito pelo contrário, eles sempre se declaram morenos” (P3). A dificuldade do auto reconhecimento da identidade negra por parte dos/as alunos/as da EJA ao se autodeclararem como morenos/as, é compreensível, tendo em vista que a imagem da pessoa negra é, na maioria das vezes, relacionada socialmente de forma negativa e estereotipada. Práticas pedagógicas são instrumentos para desmistificar este tipo de imposição construído socialmente acerca do povo negro.

As dificuldades encontradas pelas professoras entrevistadas não se limitam apenas as questões raciais da autoafirmação dos/as estudantes negros/as com a sua cor. Grande parte

Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE, V.10 N.2 p. 84-97, jul/dez 2019

das entrevistadas afirmam que não existe falta de respeito entre eles/elas pelas questões raciais, mas relatam que em alguns momentos eles/elas reproduzem estereótipos e ditados populares, como também resistência para as questões das religiões afrobrasileiras. Apenas uma entrevistada ressaltou que existe desrespeito por parte dos/as alunos/as e que isso se caracteriza por não aceitação da cor negra, e que também se remete a um processo histórico de naturalização na inferiorização da pessoa negra, conforme relato a seguir:

Não existe nenhuma atitude com intenção. Claro que existem momentos que eles reproduzem certos estereótipos e certos ditados populares. Por exemplo: “vamos *simbora* que amanhã é dia de branco”. E a ideia agente rechaça explicando de onde vem a expressão. A expressão dia de branco era acreditar que o povo negro só fazia o trabalho braçal e que trabalho de verdade era o povo branco que fazia (P1).

A escassez de materiais é outra dificuldade presente na fala das entrevistadas. Os professores não recebem um suporte pedagógico que sirva de base para discutir o tema, logo, alguns produzem seus próprios materiais. As narrativas a seguir reforçam essas afirmações: “Quando chegou à lei 10.639/03 [...] não veio um suporte para gente de material. Então eu fiz o quê? Eu organizei meu material que é o manual de atividades com contos africanos. [...] A gestão não tenta me frear, nem me barrar” (P1). Apenas uma entrevistada falou que a dificuldade está nos colegas de trabalho, que ainda se recusam a trabalhar com a temática: “Hoje as maiores dificuldades são com os colegas, ainda. [...] Que ainda acham que esse não é um tema que deveria estar na grade. Então eles ainda estão muito presos nas suas disciplinas” (P5).

De acordo com a pesquisa, as intervenções realizadas pelas professoras acontecem de forma mais constante, devido às reações de intolerância religiosa de cunho cristão. As entrevistadas afirmam também que as intervenções feitas surgem do cotidiano e, nas suas ações pedagógicas, ressaltam valores como o respeito às diferenças e o combate às questões do preconceito religioso. Deste modo, as religiões de matriz africana, historicamente, sempre foram demonizadas, por não atenderem aos padrões religiosos dos colonizadores. Essa afirmação é destacada na fala das professoras, “uma coisa que debate muito é com relação às religiões de matriz africana, a ideia da demonização. [...] A história do povo negro é sempre obstruída, sempre esquecida e sempre demonizada” (P1).

As professoras afirmam que, de uma forma geral, os/as estudantes reagem bem ao trabalhar com a temática étnico-racial. A princípio causa estranhamento, mas ao longo do trabalho as questões estereotipadas vão sendo desmistificadas e ressignificadas. Em vista

disso, percebe-se que a prática pedagógica acerca da temática étnico-racial tem a finalidade de garantir a legitimidade aos/as estudantes negros/as, desenvolvendo o respeito e o combate ao preconceito.

As barreiras estão na resistência dos/das estudantes ao não se autodeclaram como negros/as, devido a marcante história da trajetória do povo africano no Brasil ou pela dificuldade do reconhecimento da sua própria história. Essas barreiras também estão presentes na dificuldade de reconhecer as religiões de matriz africana como um aparato religioso que é símbolo da cultura afrobrasileira.

Para concluir percebe-se que o trabalho das professoras é de intervir em atitudes de preconceito e não aceitação da pessoa negra e da religiosidade do outro. Trazendo para suas ações pedagógicas resultados positivos na perspectiva do respeito, da mudança de conceitos e liberdade de expressão.

Considerações finais

As práticas pedagógicas realizadas pelas professoras da EJA acerca da temática étnico-racial contribuem para combater as questões de intolerância religiosa na escola, como também a perpetuação de estigmas e preconceitos a despeito do povo de origem africana. Essas conquistas se dão gradativamente, devido todo processo histórico da pessoa negra no Brasil. Assim, a efetivação da prática pedagógica das professoras, ressignificam os seus conceitos e legitimam a sua trajetória histórica, possibilitando a autonomia desses sujeitos.

Nesta perspectiva, as práticas pedagógicas analisadas desempenham um papel de grande relevância para uma educação que visa desmistificar a imagem do negro e da negra e, através disso, promover uma educação crítica que dê ao estudante o entendimento da garantia dos seus direitos, por meio do pertencimento à diversidade cultural brasileira. Esse é o papel da educação antirracista e libertadora na EJA, dando o lugar de voz a esses sujeitos. Essa voz que durante muito tempo foi silenciada.

É por meio das práticas pedagógicas realizadas pelas professoras entrevistadas que há mudança de conceito nesses sujeitos, provocando o respeito às diferenças e novos valores em sala de aula e, por extensão, nos ambientes de socioeducação. Essas ações se dão por meio do diálogo, desmistificando estereótipos e quebrando tabus sobre as questões religiosas da cultura africana e afrobrasileira. Entretanto, é possível que ainda existe uma grande defasagem de professores/as que não incluem esta temática no seu planejamento diário.

Finalmente, esta pesquisa fortalece a importância de se produzir estudos que reforcem a presença de práticas pedagógicas que incluam as relações étnico-raciais no âmbito escolar e promovam igualdade racial.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Traduzido por Augusto Luís Antero Reto. Pinheiros – São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: _____. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Porto. 1994.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. MEC/Ação Educativa. **Breve histórico da EJA no Brasil**. Brasília. 2002.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar: Curitiba, n. 24, p.213-224. 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. RJ: Paz e Terra, 1999. p.97.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.12-53.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas.6ª edição. 2006. p.41.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo. n.14. mai/ago. 2000. p.114-120.
- MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.
- NASCIMENTO, Daniele Galvani. **O papel dos/as professores/as na educação das relações étnico-raciais: importância de práticas pedagógicas interdisciplinares**. Disponível em: www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/download/11503/10435. Acesso em: 05/06/2018.
- REIS, Maria da Conceição dos. **Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____. **O Projeto Camaragibe, Conta, Canta e Encanta e a Relação Prática Pedagógica e Cultura Popular.** 2004. Dissertação. (Mestrado em Educação) UFPE, Recife.

SANTOS, Rafael José. **A questão étnico-racial nas escolas:** como o professor interpreta o material didático referente às questões raciais e como o interpreta para os alunos. Disponível em: <http://www.salesianos.br/wp-content/uploads/2013/12/a-questao-etnico-racial-nas-escolas.pdf> acesso em: 20 de novembro de 2017.

SOUZA, João Francisco. **A EJA no Brasil e no Mundo.** 1ed. Pernambuco: Recife, 2000